



UMA DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO: A META 11 DO PNE NOS CERRADOS DO CENTRO NORTE DO BRASIL

Gustavo Marcelo de Oliveira Silva¹

Sandra Fernandes Leite²

Resumo

A presente pesquisa de Iniciação Científica está vinculada à pesquisa maior “MAPEAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 NA REGIÃO DOS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL: UM ESTUDO QUANTITATIVO E QUALITATIVO, iniciada pelo Projeto FAPESP nº 2017/05658-5 sobre o mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13005/2014 da Educação Básica na Região dos Cerrados do Centro Norte do Brasil. Assumimos que a nova economia gerada pelo agronegócio na região de estudo representa ou influencia diretamente os indicadores educacionais. A partir da experiência adquirida na IC 2018-2019 “UMA DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DOS INDICADORES DA EDUCAÇÃO” que analisou a meta 11 do PNE para a região do extremo oeste da Bahia, esta nova proposta de projeto de IC expande a análise da Meta 11 para as regiões dos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí. Realizamos o levantamento e análise de dados e índices sociais e educacionais de órgãos oficiais do governo como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o sistema de organização do Observatório do PNEa discussão crítica da relação entre os indicadores da meta 11 com o Plano Nacional da Educação dos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí, além da compatibilização dos resultados alcançados sobre o estado da Bahia (Região do Extremo Oeste da Bahia). Com base em nossas análises, concluímos que a expansão do agronegócio tecnificado gera uma demanda por Educação Profissional Técnica de nível médio. Essa demanda, geralmente, não é absorvida necessariamente no município onde o agronegócio é mais presente, mas na localidade onde os estados e União destinaram mais recursos e, portanto, oferecem melhor infraestrutura para tal.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação; educação profissional; impacto educacional do agronegócio

Introdução

O Cerrado brasileiro é reconhecido como um dos biomas mais ricos, comporta aproximadamente 5% de toda biodiversidade do planeta, nacionalmente atrás somente da Amazônia. Seu território abrange 24% do território nacional, passando pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais,

¹ Graduando no curso de Física da Unicamp. E-mail: gustavo.oliveira.unicamp@gmail.com

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: sfleite@unicamp.br

São Paulo e Paraná. A região dos Cerrados do Centro Norte, no passado denominada pelo acrônimo MATOPIBA, consiste em uma região muito sensível que economicamente se destaca pelo desenvolvimento da agricultura moderna altamente mecanizada. Assumimos que essa nova economia do campo afeta além da economia local os aspectos naturais e sociais da região, nas quais se insere a educação e seus indicadores (LEITE, 2020). Dentro desse contexto de um agronegócio moderno e tecnificado nos propomos avaliar os indicadores e estratégias relacionadas a Meta 11 – Educação Profissional – levantar os dados e discutir criticamente a relação entre os indicadores da meta 11 com o Plano Nacional da Educação 2014-2024 dos estados do Tocantins, Maranhão e Piauí, nos municípios destacados, além da compatibilização dos resultados alcançados sobre o estado da Bahia (Região do Extremo Oeste da Bahia).

O Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014 estabeleceu as diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional em todo o território brasileiro (BRASIL, 2014). Trata-se de um plano aprovado com força constitucional e que, portanto, ultrapassa governos. Sua principal função é orientar todas as ações na área educacional do País. Propõe que cada estado, o Distrito Federal e cada município tenha seus respectivos planos estaduais e municipais de educação, elaborados em consonância com o Plano Nacional de Educação. A Meta 11 tem como objetivo “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. (LEITE, 2020). Para acompanhar a evolução da meta temos dois indicadores quantitativos, o indicador 11A - matrículas de educação profissional técnica (ETP) e o indicador 11B - novas matrículas de educação profissional técnica na rede pública (INEP, 2020).

Resultados e Discussão

Inicialmente fizemos uma análise de indicadores populacionais e socioeconômicos como população estimada, IDH, IDEB - Anos Iniciais, IDEB - Anos Finais, percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo) para os 24 municípios selecionados. Investigamos também o Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, PIB Agropecuário e a produtividade agrícola com indicadores como extensão territorial, área de estabelecimentos agrícolas, principais culturas agrícolas e produção total de grãos. Um resumo dos municípios agregados por estado pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1. Totalização de indicadores socioeconômicos por Estado

6 Município da pesquisa em cada estado	População Estimada nos 6 municípios (2020)	IDH (média dos 6 municípios)	Produto Interno Bruto - PIB (Mil Reais) nos 6 municípios	PIB Agropecuário - Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (mil reais)
Maranhão	180.016	0,632	3.750.214	740.342,80
Tocantins	111.650	0,658	2.886.459	433.726,87
Piauí	99.416	0,609	1.679.923	238.199,03
Bahia	358.075	0,636	10.540.261	2.447.284,42

Fonte: IBGE (2020;2017;2010).

Sobre os indicadores educacionais, utilizamos as matrículas de educação profissional técnica e novas matrículas de educação profissional técnica na rede pública (INEP, 2020). A Figura 1 (a) diz respeito sobre a evolução do número absoluto de matrículas na ETP no país.



Figura 1 - Série histórica dos indicadores 11A e 11B da meta 11 - Educação Profissional - do Plano Nacional de Educação no Brasil. Fonte: <https://www.observatoriiodopne.org.br/dossie>. Acessado em 24/04/2020.

Podemos observar um crescimento aproximadamente linear entre 2007 e 2013, em 2014 ocorre um pico (1, 89 mi) de matrículas, mas no ano seguinte é retomado o crescimento dos anos anteriores. A Figura 1 (b) ilustra a proporção de matrículas ETP por rede pública e privada, notamos que até 2011 a rede pública (linha verde) mantém uma proporção de 60% das matrículas, esse número começa a cair até chegar em seu valor histórico mais baixo em 2014 (48,44%). Após 2014 a rede pública recupera o patamar próximo aos 60%. Paralelamente a rede privada (linha vermelha) tem baixa participação nas matrículas ETP, seu pico se dá em 2014 superando a marca de 50% e posteriormente volta ao patamar aproximadamente 40%. Comparando (a) e (b), notamos que o pico no número absoluto de matrículas ETP no Brasil se deu concomitante a maior participação da rede privada em 2014.

Na Bahia selecionamos os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia. Fica evidente que Barreiras tem o maior volume de matrículas e também com a maior curva de crescimento. Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Santa Rita de Cássia possuem a mesma ordem de grandeza e uma expansão moderada.

No Maranhão, selecionamos os municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Benedito Leite, Carolina, Porto Franco e São Raimundo das Mangabeiras. Inicialmente percebemos que existem poucos dados sobre os municípios relacionados a Educação Profissional Técnica de nível médio. Dos seis selecionados, Alto Parnaíba, Balsas e Benedito Leite não apresentam matrículas ETP nesta série histórica. Os demais apresentam variações significativas, São Raimundo das Mangabeiras cresceu seu número de matrículas ETP entre 2010 e 2014, ocorre uma queda até 2016 e os números voltam a crescer novamente após 2016. Porto Franco e Balsas começaram a ter matrículas ETP a partir de 2015, Porto Franco apresenta crescimento significativo desde então e Balsas teve um crescimento mais intenso até que Porto Franco mas

obteve uma queda em 2018. Carolina apresentou matrículas ETP em 2008 e 2009, voltou a contabilizar depois somente em 2015.

No Piauí selecionamos de municípios de Bom Jesus, Corrente, Monte Alegre do Piauí, Redenção Gurguéia, Santa Filomena e Uruçuí. Inicialmente já notamos que a existe uma tendência geral de crescimento. Corrente e Uruçuí apresentam os crescimentos mais significativos dentre os seis. As matrículas ETP em Bom Jesus aumentam consideravelmente entre 2012 e 2013, mas depois ocorre uma estagnação. Redenção Gurguéia registra matrículas ETP a partir de 2012, mas logo em seguida vai diminuindo até 2014 e depois cresce lentamente até 2018. De forma similar Santa Filomena apresenta matrículas ETP em 2009, 2014, 2015, 2016 2017, mas termina 2018 sem nenhuma matrícula registrada. Monte Alegre do Piauí tem nessa série histórica o registro de uma matrícula ETP, em 2017.

No Tocantins selecionamos os municípios de Almas, Campos Lindos, Dianópolis, Pedro Afonso, Porto Nacional e Santa Rosa do Tocantins. Aqui notamos um padrão parecido com o que acontece na Bahia, ou seja, um município se destaca que é o caso de Porto Nacional e os demais ficam relativamente próximos. Pedro Afonso em 2007 apresentou o maior número dentre estes seis municípios, contudo não teve um crescimento significativo desde então. Dianópolis começa a registrar matrículas em 2013 e permanece constante, Almas começa a registrar matrículas um pouco mais cedo, em 2012, obtém um pico em 2015 e permanece constante posteriormente. Para Campos Lindos e Santa Rosa do Tocantins não encontramos registro de matrículas ETP nessa série histórica.

Um amadurecimento significativo desta segunda versão da pesquisa foi a obtenção e análise de onde o aluno mora e onde ele estuda, a Figura 2 apresenta os dados para a pergunta “O aluno mora e estuda no mesmo município?” para a rede pública.

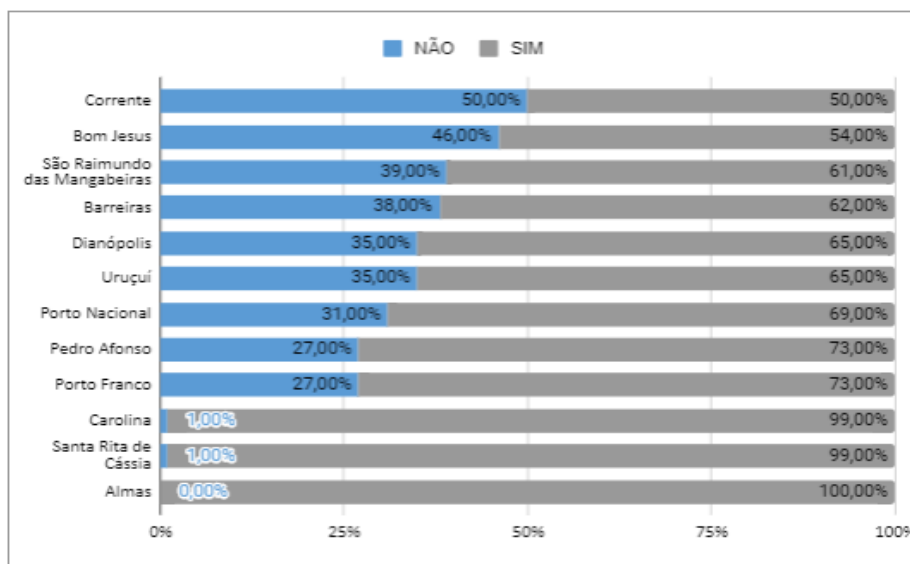


Figura 2 - Proporção de matrículas ETP para a rede pública onde o alunos estuda e reside.

Fonte: Microdados INEP processados em <https://sites.google.com/view/cerradoscentronortebrasil/>. Acessado em 24/04/2020.

Podemos observar que geralmente as matrículas ETP de um são de fatos de seus municípes, a exceção é Corrente-PI onde 50.34% das matrículas são de alunos de outros municípios. É interessante notar que municípios onde apresentam mais matrículas de outras localidades são também os municípios com mais matrículas em seus respectivos estados,

Corrente e Bom Jesus no Piauí, São Raimundo das Mangabeiras no Maranhão, Barreiras na Bahia de Porto Nacional no Tocantins. No caso de Barreiras 38% das matrículas ETP não é natural de Barreiras, inclusive, 18.76% são de moradores Formosa do Rio Preto e 2.55% de São Desidério.

Conclusões e considerações finais

No âmbito nacional observamos um crescimento linear das matrículas e um pico em 2014, ano no qual a rede privada detém mais de 50% pela primeira vez. A Bahia tem o maior volume de matrículas e também o crescimento mais acelerado. Piauí e Maranhão apresentam ordem de grandeza semelhante na questão das matrículas, mas o Piauí desde 2009 possui um crescimento mais significativos. O estado do Tocantins apresenta desempenho baixo em comparação aos outros estados aqui abordados, ou seja, quase uma estagnação no número de matrículas ETP ao longo da série histórica. Em relação ao indicador 11B o Piauí mantém maior proporção na rede pública, seguido pela Bahia, Maranhão e Tocantins. Observamos o crescimento da rede privada e, conseqüentemente, perda de espaço na rede pública.

Quando olhamos para os municípios, aparecem diversos cenários. Temos desde municípios apresentando bom volume de matrículas ETP e robusta participação da rede pública, como é o caso de Barreiras - BA e outros que não apresentaram uma matrícula ETP sequer. De fato, observamos que os municípios com maior produtividade agrícola e maior PIB agropecuário não são onde estão os maiores volumes de matrículas ETP. Em relação ao indicador 11B, observamos na maioria dos municípios uma maior proporção de matrículas ETP na rede pública ao longo da série histórica.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora Prof^o Dra. Sandra Fernandes Leite por acreditar no meu trabalho e possibilitar essa parceria de pesquisa que foi muito enriquecedora para minha formação. Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – CNPq por fomentar essa pesquisa, apoio que foi fundamental para conseguir realizar as atividades empenhadas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 10/ maio. 2020

IBGE. População Estimadas em 2020. 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso: 12 jul 2020.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads> Acesso: 12 jul 2020.

IBGE. IDH. 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso: 12 jul 2020.

INEP. **Resultados.** 2020. Disponível em <http://inep.gov.br/educacao-basica/ideb/resultados> Acesso: 12 jul 2020.

LEITE, S. F. **Mapeamento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 na região dos cerrados do centro-norte do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo.** 2020. <https://sites.google.com/view/cerradoscentronortebrasil/>. Acesso em 01/10/2020.